Agosto, com as especificidades constantes aplicáveis da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, foram celebrados contratos a termo resolutivo certo com Anabela Alves Veloso e Teresa Margarida Simões Mendes, com a categoria de técnico profissional de 2.ª classe (biblioteca e documentação), para exercer funções na Biblioteca Municipal de Penela, remuneradas pelo escalão 1, índice 199, pelo prazo de um ano, com início a 3 de Julho de 2006.

10 de Julho de 2006. — O Presidente da Câmara, *Paulo Jorge Simões Júlio*.
1000303848

Aviso

Renovação de contratos

Em conformidade com a alínea *b*) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável à administração local por força do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, faz-se público que, por despacho do presidente da Câmara e nos termos do disposto no artigo 139.º da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, foram renovados os contratos a termo resolutivo certo com os indivíduos a seguir indicados:

a) Por um ano:

Vigilante de jardins e parques infantis:

António Alfredo Simões Braga de Oliveira (21 de Janeiro de 2007).
Maria Isabel Almeida Teixeira (31 de Março de 2007).

Tractorista:

Ricardo José Pedro Rosário (18 de Janeiro de 2007).

Assentador de vias:

Álvaro Duarte Luís Freire (18 de Janeiro de 2007).

Auxiliar administrativo:

Marco Diogo da Piedade Antunes (2 de Maio de 2007).

Operário qualificado (jardineiro):

Fernanda da Conceição Mendes (17 de Fevereiro de 2007).

Técnico profissional de 2.ª classe (desenhador):

Mafalda Isabel Saraiva Palrinhas (21 de Fevereiro de 2007).

Pessoal auxiliar (auxiliar de serviços gerais):

Irene da Conceição Simões da Silva (16 de Fevereiro de 2007).

Técnico superior de 2.ª classe (engenheiro de recursos florestais):

Maria Manuela Simões Ferraz (4 de Maio de 2007).

Operários semiqualficados (cantoneiro de vias):

Célia Maria Garrido Santos (19 de Junho de 2007).

Paulo Pires dos Santos (19 de Junho de 2007).

Sílvia Maria Jesus Rodrigues dos Santos (19 de Junho de 2007).

José da Piedade Dias (28 de Fevereiro de 2007).

Armando Vítor Rodrigues Lopes (28 de Fevereiro de 2007).

José Manuel da Costa Mendes (28 de Fevereiro de 2007).

10 de Julho de 2006. — O Presidente da Câmara, *Paulo Jorge Simões Júlio*.
1000303847

CÂMARA MUNICIPAL DE PROENÇA-A-NOVA

Aviso

Concurso externo de ingresso na carreira técnica — área de turismo

Avaliação de estágio

Para os devidos efeitos se publica a classificação final obtida após a frequência de estágio da candidata Sandra Isabel Gonçalves Ventura — 17 valores, com a classificação de *Bom*, do concurso em epi-

grafe, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 274, de 22 de Novembro de 2004.

A acta de avaliação de estágio do referido concurso foi homologada pelo presidente da Câmara no dia 7 de Julho de 2006.

10 de Julho de 2006. — O Presidente da Câmara, *João Paulo Marçal Lopes Catarino*.
1000303843

Aviso

Concurso externo de ingresso na carreira de técnico superior (licenciatura em Engenharia de Processos e Energia — Ramo de Engenharia e Ambiente).

Avaliação de estágio

Para os devidos efeitos se publica a classificação final obtida após a frequência de estágio da candidata Célia Regina Cardoso — 17 valores, com a classificação de *Bom*, do concurso em epígrafe, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 274, de 22 de Novembro de 2004.

A acta de avaliação de estágio do referido concurso foi homologada pelo presidente da Câmara no dia 7 de Julho de 2006.

10 de Julho de 2006. — O Presidente da Câmara, *João Paulo Marçal Lopes Catarino*.
1000303842

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DA FEIRA

Aviso

Concurso interno de acesso geral para provimento de dois lugares de assistente administrativo especialista

1 — Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho proferido pelo presidente da Câmara em 31 de Maio de 2006, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno de acesso geral para provimento de dois lugares de assistente administrativo especialista, do grupo de pessoal administrativo, do quadro de pessoal desta autarquia.

2 — Legislação aplicável — Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, 238/99, de 25 de Junho; 353-A/89, de 16 de Outubro; 404-A/98, de 18 de Dezembro, 412-A/98, de 30 de Dezembro, e Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, e Decreto-Lei n.º 141/2001, de 24 de Abril.

3 — Prazo de validade — o concurso é válido para as vagas postas a concurso, caducando com o seu preenchimento.

4 — Local de trabalho — Paços do Município de Santa Maria da Feira e em toda a sua área.

5 — Vencimento — o correspondente à categoria de acordo com o previsto no anexo II do Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, sendo as condições de trabalho e regalias sociais as vigentes para os funcionários da administração local.

6 — Conteúdo funcional — o constante do Despacho n.º 38/88, da SEALOT, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 22, em 26 de Janeiro de 1989.

7 — Requisitos de admissão ao concurso:

7.1 — Gerais — os previstos no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

7.2 — Especiais — os enunciados na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro — possuir, pelo menos, três anos de serviço na categoria inferior, classificados de *Bom*.

8 — Formalização de candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento (à disposição dos interessados na Divisão de Recursos Humanos) dirigido ao presidente da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, Praça da República, 4520 Santa Maria da Feira, podendo ser entregue pessoalmente ou remetido pelo correio, registado e com aviso de recepção, sempre acompanhado da importância de 2,71 euros, para pagamento da taxa de entrada de requerimento (se enviada em cheque ou vale de correio, deverá ser à ordem do tesoureiro da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira), expedido até ao termo do prazo fixado, nele devendo constar os seguintes elementos de identificação:

a) Identificação completa (nome, estado civil, filiação, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, número fiscal de contribuinte, residência, código postal e telefone);

b) Concurso a que se candidata, com identificação do mesmo, mediante referência ao número e data do *Diário da República* onde vem publicado o presente aviso;

- c) Descrição dos documentos anexos ao requerimento;
 d) Quaisquer outros documentos facultativos para base de apreciação do mérito do candidato.

9 — Os requerimentos deverão ser obrigatoriamente acompanhados, sob pena de exclusão, da seguinte documentação:

- a) Currículo, elaborado de acordo com o n.º 2 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, devidamente comprovado, datado e assinado;
 b) Fotocópia do comprovativo das habilitações literárias;
 c) Fotocópia do bilhete de identidade (válido) e do cartão de contribuinte;
 d) Fotocópia autenticada ou conferida das classificações de serviço respeitante aos últimos três anos ou declaração emitida pelo serviço em que conste a sua expressão quantitativa;
 e) Declaração devidamente autenticada, emitida pelos serviços, onde conste a antiguidade do candidato, bem como a natureza do vínculo;
 f) Declaração, devidamente autenticada, com especificação pormenorizada das tarefas e responsabilidades inerentes ao posto de trabalho que ocupa.

10 — Os candidatos pertencentes a esta Câmara ficam dispensados da apresentação dos documentos indicados nas alíneas do número anterior, desde que constem do processo individual.

11 — É dispensada a apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos referidos no n.º 7.1 do presente aviso, desde que os candidatos declarem, no próprio requerimento, em alíneas separadas e sob compromisso de honra, a situação precisa em que se encontram, relativamente a cada uma das alíneas a), b), d), e) e f) do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

12 — Métodos de selecção — avaliação curricular e entrevista profissional de selecção, atribuindo-se a cada um deles uma classificação de 0 a 20 valores.

12.1 — Na avaliação curricular serão considerados e ponderados os factores — habilitação académica, a formação profissional, a experiência profissional e a classificação de serviço.

12.2 — A entrevista profissional de selecção, com duração até trinta minutos, destina-se a avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos, sendo considerados os seguintes factores de apreciação:

- a) Capacidade de expressão e fluência verbal;
 b) Sentido crítico e clareza de raciocínio;
 c) Motivação para o desempenho da função;
 d) Sentido de organização e capacidade de inovação.

13 — Na classificação final adoptar-se-á a escala de 0 a 20 valores e será obtida através da aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = AC + EPS : 2$$

em que:

- CF = classificação final.
 AC = avaliação curricular.
 EPS = entrevista profissional de selecção.

14 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular e da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de acta de reunião do júri do concurso, que será facultada aos candidatos, sempre que solicitada.

15 — Os candidatos admitidos serão convocados de acordo com o artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 204/98, para o dia, hora e local da entrevista.

16 — Publicação da relação de candidatos e lista de classificação final — nos termos dos artigos 33.º, 34.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

17 — O júri do concurso terá a seguinte composição:

Presidente — Maria da Graça Coelho Santos, chefe de divisão.
 Vogais efectivos:

Maria Isabel Soares Campos Sousa, assistente administrativo especialista, e Patrícia Alexandra Ribeiro Tavares, técnica superior.

Vogais suplentes:

Maria Albina Ferreira Pinho, chefe de divisão, e Maria Conceição de Jesus Lourenço, assistente administrativo especialista.

O primeiro vogal efectivo substituirá o presidente, nas faltas e impedimentos.

Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando, escrupulosamente, no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

26 de Junho de 2006. — O Presidente da Câmara, *Alfredo de Oliveira Henriques*.
 1000303830

Aviso

Concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar de engenheiro do ambiente de 1.ª classe

1 — Torna público que, por meu despacho proferido em 12 de Junho de 2006, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar de engenheiro do ambiente de 1.ª classe, do grupo de pessoal técnico superior, do quadro de pessoal desta autarquia.

2 — Legislação aplicável — Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, 238/99, de 25 de Junho; 353-A/89, de 16 de Outubro; 404-A/98, de 18 de Dezembro, 412-A/98, de 30 de Dezembro, e Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, e Decreto-Lei n.º 141/2001, de 24 de Abril.

3 — Prazo de validade — o concurso é válido para a vaga posta a concurso, caducando com o preenchimento da mesma.

4 — Local de trabalho — âmbito da Divisão do Ambiente e em toda a área do município de Santa Maria da Feira.

5 — Vencimento — o correspondente à categoria, de acordo com o previsto no anexo II do Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, sendo as condições de trabalho e regalias sociais as vigentes para os funcionários da administração local.

6 — Conteúdo funcional — o constante do Despacho n.º 22 511/2004, do SEAL, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 259, em 4 de Novembro.

7 — Requisitos de admissão ao concurso:

7.1 — Gerais — os previstos no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

7.2 — Especiais — os enunciados na alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, na redacção dada pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro — possuir, pelo menos, três anos de serviço na categoria inferior, classificados de *Bom*.

8 — Formalização de candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao presidente da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, podendo ser entregue pessoalmente ou remetido pelo correio, registado e com aviso de recepção, sempre acompanhado da importância de 2,71 euros, para pagamento da taxa de entrada de requerimento, expedido até ao termo do prazo fixado, nele devendo constar os seguintes elementos de identificação:

a) Identificação completa (nome, estado civil, filiação, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, número fiscal de contribuinte, residência, código postal e telefone);

b) Concurso a que se candidata, com identificação do mesmo, mediante referência ao número e data do *Diário da República* onde vem publicado o presente aviso;

c) Descrição dos documentos anexos ao requerimento;

d) Quaisquer outros documentos facultativos para base de apreciação do mérito do candidato.

9 — Os requerimentos deverão ser obrigatoriamente acompanhados, sob pena de exclusão, da seguinte documentação:

- a) Currículo, elaborado de acordo com o n.º 2 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, devidamente comprovado, datado e assinado;
 b) Certificado das habilitações literárias;
 c) Fotocópia do bilhete de identidade e cartão de contribuinte;
 d) Fotocópia autenticada ou conferida das classificações de serviço respeitante aos últimos três anos ou declaração emitida pelo serviço em que conste a sua expressão quantitativa.
 e) Declaração devidamente autenticada, emitida pelos serviços, onde conste a antiguidade do candidato, bem como a natureza do vínculo.